

O DISPOSITIVO FORTIFICADO DA DEFESA DA ILHA DE S. JORGE EM 1818 CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA SUA EVOLUÇÃO

RICARDO MANUEL MADRUGA DA COSTA*

INTRODUÇÃO

Fontes disponíveis sobre S. Jorge e vários estudos já realizados sobre esta ilha, permitem um razoável conhecimento sobre a defesa da ilha e também sobre o seu dispositivo fortificado, como se poderá deduzir da bibliografia apresentada no final.

O presente trabalho, não acrescentando nada de essencial ao que se conhece, baseia-se no entanto num documento datado de 1818 que permite aperceber com algum detalhe a situação das fortificações implantadas ao longo da costa e, ao mesmo tempo, fundamentar algumas considerações sobre a evolução do dispositivo fortificado e sobre o estado de defesa da ilha neste período¹.

O documento, transcrito em anexo, reveste-se da forma de um mapa organizado pelo comandante-militar da ilha de S. Jorge, Joaquim José Correia, oferecendo uma descrição das estruturas fortificadas bem como uma informação pormenorizada sobre o armamento existente, as suas características, o seu estado de conservação e as melhorias a introduzir na estrutura física.

UM BREVE ENQUADRAMENTO

Numa memória datada de 13 de Novembro de 1815 sobre a defesa dos Açores, o Capitão-General, Aires Pinto de Sousa Coutinho, faz algumas considerações prévias que são reveladoras dos critérios que entende deverem orientar as

* CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Universidade dos Açores.

1 ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO [AHU], *Açores*, Caixa 95, Documento 9.

prioridades sobre a defesa das ilhas dos Açores².

Por um lado, constata que não sendo o arquipélago apoiado por uma força marítima, o problema da defesa obriga a considerar cada ilha individualmente, uma vez que nenhuma será de qualquer préstimo a outra, mesmo próxima, no caso de ser alvo de ataque. Por outro lado, considerando que não existe um Sistema Geral de Defesa para toda a capitania, aponta para uma hierarquia de prioridades, afirmando que

«as circunstâncias de maior valia em população, aproveitamento, e riqueza dos habitantes, exigiria que tratasse em primeiro lugar da Ilha de S. Miguel, e logo da Ilha Terceira, após esta do Fayal e Pico, depois S. Jorge e Graciosa, Flores e Côrvo e ultimamente S.ta Maria...». O certo é que começa pela Terceira, porque, segundo entende, tem o “assento do Governo Geral desta Capitania».

Ainda não estavam decorridos dois anos, surge uma visão bem diversa da anterior pela pena do Major-Engenheiro Francisco Borges da Silva, reputado militar e detentor de apreciável cultura, em documento dirigido ao Governador-Militar da ilha de S. Miguel, José de Arriaga Brum da Silveira³. Desta feita, com sólida argumentação e fundamentado nas realidades do seu tempo, Borges da Silva considera separadamente a situação insular sob duas hipóteses: em tempo de guerra e em tempo de paz. Em qualquer caso, a sua visão centra-se na relevância das ilhas de S. Miguel e Faial e sobre a ilha Terceira há um absoluto silêncio. Como é igualmente omissa em relação às restantes ilhas.

Sobre o fato de Borges da Silva não reconhecer à Terceira qualquer relevância, é uma realidade que, tanto do ponto de vista estratégico como do ponto de vista económico, a ilha na qual foi estabelecida a sede da capitania-geral, em termos comparativos com S. Miguel e Faial, no período que estamos a considerar, está reduzida a uma situação de apagamento.

Entretanto, quer da leitura da memória de Aires Pinto de Sousa Coutinho quer do documento elaborado por Francisco Borges da Silva, somos forçados a deduzir que as demais ilhas dos Açores nem merecem a mais insignificante alusão. Por outro lado, é importante notar, que a importância reconhecida a S. Miguel, Terceira e Faial, raramente terá correspondido a uma valorização das

2 AHU, *Açores*, Cx. 88, Doc. 37.

3 BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO REGIONAL DE ANGRA DO HEROÍSMO [BPARAH], *Capitania Geral dos Açores*, Ilha de S. Miguel. Governador. Correspondência. 1816 e 1817, Mç. 3, doc. s/n. Ver transcrição do documento in Ricardo Manuel Madruga da Costa, *Os Açores em finais do regime de capitania-Geral 1800-1820*, Horta, Núcleo Cultural da Horta; Câmara Municipal da Horta, 2005, Vol. I, Documento 54, pp. 600-603.

forças destinadas à sua defesa e, menos ainda, a uma atenção consequente relativamente ao dispositivo fortificado. A frequência dos diagnósticos sobre a situação das fortificações, sempre reveladora de um estado muito deficiente, e a não menos frequente reclamação de medidas para a sua efectiva dotação com peças e munições, para além de obras de manutenção, apenas era correspondida, nos casos mais prementes, de forma tardia e insuficiente.

Neste enquadramento convém referir, seguindo Alberto Vieira, que as ilhas dos Açores teriam a maior densidade de fortificações do Atlântico com mais de duzentos recintos fortificados⁴. Uma tal exuberância do dispositivo militar arrolado, é bastante ilusória porquanto muitas das posições defensivas não passavam de sumárias construções voltadas ao mar, mas de eficácia duvidosa e quase sempre desprovidas de peças ou, tendo-as, em estado invariavelmente deficiente, carecendo de pólvora e bala. Mesmo nas ilhas tidas por mais importantes na escala das prioridades de defesa.

A ilha de S. Jorge, naturalmente, situa-se entre as ilhas em que a defesa foi desde sempre descurada.

A INSTABILIDADE NOS FINAIS DO SÉC. XVIII E NAS DUAS DÉCADAS INICIAIS DO SÉC. XIX

Para que se compreenda a aparente alteração qualitativa que parece detectar-se na atitude dos capitães-generais para com a defesa da ilha de S. Jorge, designadamente na premência da diligência que parece estar subjacente à elaboração do mapa que é objecto desta comunicação, importa caracterizar, a traços largos, a cena internacional neste período.

Sobretudo a partir do envolvimento de Portugal e da Espanha no confronto opondo a Inglaterra à França, materializado na Campanha do Rossilhão, a corte portuguesa ficou exposta a pressões diplomáticas com consequências graves para a nação, sendo que neste quadro as ilhas dos Açores se tornaram mais vulneráveis ao curso francês. Não bastasse esta circunstância, a intensificação da navegação em escala pelas ilhas açorianas após a fixação da corte no Brasil em 1808 quando se concretizou a 1.^a Invasão Francesa, cria condições potenciais de incidentes e confrontos susceptíveis de afectar as ilhas. Refira-se que as ilhas são zona de interesse logístico para as forças britânicas na Madeira e no território do reino, para além de local de apanha de urzela destinada a contribuir na amortização da dívida contraída por Portugal junto da corte britânica.

Devido aos frequentes incidentes envolvendo unidades da Royal Navy com

4 Alberto VIEIRA, «Da poliorcética à fortificação nos Açores. Introdução ao estudo do sistema defensivo nos Açores nos Sécs. XVI-XIX», in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Vol. XLV, Tomo II, 1987, pp. 1525-1565.

embarcações americanas, explicáveis à luz de uma conflitualidade latente entre as duas nações, não obstante o reconhecimento pela Inglaterra da independência das 13 colónias britânicas na América, o mar dos Açores vai ser palco de uma intensa actividade de corso quando deflagra a Guerra de 1812. Caso mais ilustrativo deste conflito em paragens açorianas, mas não único, é o episódio do combate naval ocorrido na baía da Horta entre uma flotilha britânica e o brigue americano *General Armstrong*. Anote-se, quanto a este episódio, a passividade da força militar do Castelo de Santa Cruz devido à sua incapacidade defensiva numa situação em que estava em jogo a neutralidade do porto da Horta. Estávamos no tempo em que o governador militar das ilhas do Faial e Pico, Elias José Ribeiro, nem verba tinha para adquirir uma bandeira para hastear no mastro da sua unidade. Quando a pacificação entre as nações beligerantes pareceria assegurada pelo Congresso de Viena e pelo Tratado de Ghent, o Atlântico volta a agitar-se com a eclosão dos movimentos de independência das colónias da América Espanhola. A estratégia do corso dos chamados “insurgentes de Buenos Aires” passaria pelos Açores, uma vez que o arquipélago se situava nas rotas dos navios espanhóis, proporcionando oportunidades de fazer presas e satisfazer necessidades de frescos e aguada.

Num quadro desta natureza, é explicável que as preocupações das autoridades insulares se concentrassem nas ilhas de maior relevância estratégica ou, mesmo, simbólica como é o caso da Terceira, e também com uma economia mais expressiva, tudo levando a considerar que as questões de soberania se colocariam com maior acuidade. Todavia, numa conjuntura assim caracterizada, nenhuma ilha estaria imune perante os apetites do corso e, de algum modo, as ilhas menos importantes na avaliação dos governantes, estariam numa situação de maior vulnerabilidade. Veja-se o exemplo das Flores e as “visitas” do célebre corsário “Almeidinha”.

Por tudo isto, não causará estranheza que a prática e a experiência destes anos agitados tenham tornado algum governante mais sensível aos apelos locais ou mais consciente do fato de a soberania e o dever de zelar pela segurança das populações, dever ser considerada à escala do arquipélago, e não apenas apátrio de umas quantas ilhas eleitas e de eleitos, segundo critérios destituídos de equidade, coisa que os tempos do Antigo Regime não seriam muito dados a contemplar. Esta realidade, sem que o possamos garantir, poderá ter introduzido no pensamento estratégico acima resumido, alguma evolução.

O MAPA SOBRE O ESTADO DA DEFESA DE S. JORGE EM 1818

Quando acima sugerimos a possibilidade de uma alteração qualitativa na atitude com que as autoridades em Angra poderiam estar a encarar a defesa das ilhas de menor dimensão e importância segundo os critérios tradicionais já referidos, estamos a ter em conta alguns factores.

De um lado, jamais os Açores – excluída a conjuntura internacional que mar-

ca a época da crise de 1580-1583 e o período do domínio Filipino que lhe sucede – estiveram sujeitos, de forma tão intensa e num teia de acontecimentos tão densa de um ponto de vista dos conflitos que lhe estão associados, como no período que acima balizámos. Independentemente da ineficácia, de facto, dos poderes constituídos perante os alertas das autoridades locais, parece poder identificar-se uma preocupação mais atenta perante as situações, mesmo que não esteja explícita na documentação. A leitura do documento elaborado pelo Major-Engenheiro Francisco Borges da Silva e remetido ao Governador-Militar de S. Miguel, mostra uma visão clara, ainda que elaborada em termos gerais, sobre o quadro conjuntural que acima apresentámos. Ou seja, na época, havia uma percepção sobre a realidade política envolvente e suas implicações, não sendo crível que esta consciência da situação se restringisse às duas personalidades mencionadas.

Entretanto, o capitão-general Aires Pinto de Sousa Coutinho, que desempenhou o cargo entre 1810-1816 e, por isso, acompanhou grande parte dos acontecimentos que enumerámos acima, poderá ter manifestado uma maior sensibilidade para as suas implicações no arquipélago. Assim, cabe aqui registar que são da sua responsabilidade duas iniciativas que justificam uma tentativa de interpretação face ao quadro internacional que esboçámos. Em 1814 o capitão-general Aires Pinto de Sousa Coutinho nomeou Severo de Bettencourt para comandante militar da ilha Graciosa e, para S. Jorge, Joaquim José Correia, este o mesmo que assina o mapa que faz objecto deste estudo⁵. Refira-se que este último não era um membro das elites locais em processo de promoção social ao jeito do que se verificava no preenchimento dos postos das Ordenanças. Joaquim José Correia era Capitão-Tenente da Armada Real e quando assume o comando de S. Jorge, é promovido a Sargento-Mor⁶. Há, assim, segundo entendemos, um critério de natureza estritamente militar nesta iniciativa do capitão-general, o que pode significar uma nova perspectiva quanto à defesa destas ilhas habitualmente descuradas de um ponto de vista da sua defesa.

Porém, estas simples nomeações têm um significado mais amplo. Por um lado, no caso da Graciosa, a par da nomeação de Severo de Bettencourt, cria-se um núcleo destinado a constituir um futuro regimento de milícias, para o que, com ele, seguem para a ilha 50 soldados e oficiais. No caso de S. Jorge, onde já existia um corpo de milícias, a motivação do capitão-general, fundamentava-se na vontade de unificação de comando das duas unidades de Ordenanças, tendo também a ver com razões de natureza logística ligadas à riqueza de gado disponí-

5 Ricardo Manuel Madruga da COSTA, *Os Açores em finais do regime de capitania-geral 1800-1820*, Horta, Núcleo Cultural da Horta; Câmara Municipal da Horta, 2005, Vol. I, pp. 149-152.

6 Ricardo Manuel Madruga da COSTA. *op. cit.*, pp. 164-166.

vel em S. Jorge de que, tanto a Terceira como as ilhas do Faial e Pico, careciam. Estava em causa, não só o abastecimento dos açougues daquelas ilhas, mas, no caso do Faial, o abastecimento à navegação, sem esquecer embarques de gado destinados à tropa inglesa acantonada na Madeira. A visão do mesmo magistrado relativamente à Graciosa visa sobretudo uma preocupação mais estratégica em função do corso, ainda que o controle da apanha da urzela e o fornecimento de centeio para a alimentação de cavalos das tropas de Sua Majestade Britânica, também esteja presente nos propósitos da iniciativa. No conjunto, a visão do governante pauta-se por um critério estratégico-económico, o que não deixa de constituir uma evolução verdadeiramente inovadora⁷.

Na leitura destes sinais, concedendo-me alguma liberdade interpretativa, referir-me-ia agora ao mapa da situação da defesa datado de 1818, não sem antes fazer duas observações.

Importa referir desde já que ao nível da localização das posições fortificadas, parece não haver uma evolução significativa em relação ao dispositivo de defesa instalado no século XVII e começo do XVIII. A panorâmica que António dos Santos Pereira⁸ nos apresenta, colocada em confronto com as informações que podemos recolher em Alberto Vieira⁹, algumas recolhidas nas obras do Padre Manuel de Azevedo da Cunha¹⁰, nas *Vereações de Velas*¹¹ e no *Arquivo dos Açores*¹², não apresenta disparidades assinaláveis, sobretudo em relação às fortificações de maior porte. Haveria, pode dizer-se, uma visão consensual quanto aos pontos merecedores de atenção mais cuidada.

Uma segunda observação, antes de nos debruçarmos sobre o mapa do comandante-militar, tem a ver com um dado que me parece relevante: entre 1816 e 1820 o capitão-general dos Açores é Francisco António de Araújo Azevedo, brigadeiro do Exército. Inicia funções numa altura em que a memória recente do conflito europeu e do que opôs a Grã-Bretanha e os Estados Unidos da América, está ainda muito viva, sendo confrontado, de forma imediata com a presença do

7 Ricardo Manuel Madruga da COSTA. *op. cit.*, pp. 164-166.

8 António dos Santos PEREIRA, *A Ilha de S. Jorge (Séculos XV-XVII) Contribuição para o seu estudo*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1987, pp. 128-130.

9 Alberto VIEIRA, *op. cit.* pp. 1539 e ss.

10 Ver Padre Manuel de Azevedo da CUNHA, *Notas Históricas I Estudos sobre o Concelho da Calheta (S. Jorge)*, (Int. e notas Artur Teodoro de Matos), Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1981. Id. *Notas Históricas II Anais do Município da Calheta (S. Jorge)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1981.

11 *Vereações de Velas (S. Jorge) (1559-1570-1571)*, (Int. transc. e notas António dos Santos Pereira), s.l., DRAC; Universidade dos Açores, 1984.

12 *ARQUIVO DOS AÇORES* [AA], (Ed. fac-similada da edição de 1882), Ponta Delgada, Instituto Universitário dos Açores, Vol. IV, 1981. Id. (Ed. fac-similada da edição de 1883), Ponta Delgada, Universidade dos Açores, Vol. V, 1981.

curso dos “insurgentes” em águas açorianas. Mais importa ter em atenção que, salvo melhor opinião, o capitão-general Francisco Araújo Azevedo terá sido, porventura, aquele que de forma mais decidida e consequente, promoveu reformas ao nível da estrutura dos corpos militares nas ilhas¹³. Isto para sugerir que, quer a memória dos acontecimentos recentes, como o contexto em que o seu governo decorrerá, quer ainda o próprio perfil profissional de Araújo de Azevedo, permitem admitir que as suas preocupações de governo estarão muito marcadas por pressupostos de natureza militar apontando para uma forte preocupação quanto à defesa do arquipélago.

Colocados estes dados, e como nota prévia às considerações que se pretende tecer em torno do mapa da lavra do comandante-militar de S. Jorge, Joaquim José Correia, importa referir que não existe um modelo rígido de formulário para a elaboração destes mapas. Sublinhe-se, no entanto, o que se comprovará através de muitos exemplos, que o seu envio para o governo da capitania-geral se integra numa mera rotina que poderíamos considerar acrítica. Aliás, a obrigação anual relativamente à sua elaboração, estabelecida no Capítulo II do Regimento da Capitania Geral de 2 de Agosto de 1766, acabaria, naturalmente, por tornar esta prática rotineira¹⁴. No caso do mapa de 1818 que nos ocupa, portanto em data que encaixa em pleno no governo do brigadeiro Araújo de Azevedo, e embora não conheçamos ordem ou ofício deste que determine a sua apresentação e as condições específicas que dele poderiam constar, parece que o mesmo mapa, pelo detalhe apresentado e pelas indicações concretas que parecem fazer parte de um modelo feito, digamos, por encomenda, poderá, de facto, corresponder a determinação superior visando uma intenção de concretização.

O mapa em estudo e que vai integralmente transcrito em anexo, contém a lista das fortificações de S. Jorge em 24 de Março de 1818, distribuídas pelos três concelhos de Velas, Calheta e Topo. Conservando a ortografia usada, damos a sua lista por jurisdições:

Velas: Forte de S.ta Chrus, Forte da Conceição, Forte da Ponta das Eiras, Forte dentre Morros, Forte da Ladeira, Forte da Queimada S. Miguel o Anjo, Forte de S. Miguel da Ribeira do Nabo, Forte de S. Matheos da Urzelina, Forte do Príncipe nos Terreiros e Forte das Manadas.

Calheta: Forte de Santo Antonio, Forte de S. Sebastiam, Forte de Santo Spi-

13 Francisco D’Athayde Machado de Faria e MAIA, *Subsídios para a História de S. Miguel e Terceira. Capitães-Generais. 1766-1831*, 2.^a ed., Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1988, pp. 159-174.

14 José Guilherme Reis LEITE (Int. e notas), *O Códice 529 – Açores do Arquivo Histórico Ultramarino. A Capitania-Geral dos Açores durante o consulado Pombalino*, s/l., DRAC; Universidade dos Açores, 1988, pp. 28-29.

rito e Forte da Fajã dos Vimes.

Topo: Forte do Porto e Forte da Pontinha.

O formulário do mapa apresenta depois um inventário das peças existente, discriminando o seu quantitativo, calibres, o metal em que são fundidos, o seu estado em função das possibilidades de utilização e, por fim, as necessidades de reparação. Num rápido bosquejo e perante os dados inscritos no mapa, pode concluir-se que do conjunto das 62 peças de artilharia que o mapa apresenta, apenas 8 são consideradas boas, ou seja 13 %, e das restantes, 33 serão sofríveis segundo a terminologia utilizada, entre estas algumas necessitando de manutenção, e 21 absolutamente inúteis. A quase totalidade é constituída por peças de ferro, havendo apenas 4 peças em bronze.

Para cada construção fortificada o comandante-militar apresenta uma síntese quando à apreciação do seu estado e da sua valia, e que parece ser ditada pela importância que atribui a cada forte num quadro de defesa. Em nossa opinião, esta parte do mapa será certamente a mais significativa e merecedora de valorização.

Nas apreciações de cada instalação militar enumerada, o comandante-militar preconiza as obras de que entende deverem ser objecto, dando indicações quanto às necessidades de novas peças e sugerindo a movimentação de algumas para as posições menos importantes, uma vez recebidas as novas. Dir-se-ia que o comandante-militar Joaquim José Correia estaria a corresponder a uma ordem destinada a colocar a ilha num estado de prontidão face a um pensamento estratégico ditado por um entendimento de um quadro de circunstâncias para o qual interessaria criar condições de defesa, não só nas ilhas tradicionalmente contempladas, mas noutras ilhas consideradas, neste período das duas décadas que acima mencionámos, igualmente estratégicas. S. Jorge parece estar neste caso.

Nesta linha de pensamento, parece possível concluir, apesar dos indicadores referidos serem ténues, que as duas décadas iniciais deste séc. XIX, no que respeita ao governo dos capitães-generais Aires Pinto de Sousa Coutinho e Francisco António Araújo Azevedo, terão dado lugar a uma viragem no que toca à visão estratégica do arquipélago, integrando as ilhas menos reconhecidas de um ponto de vista da sua valorização no contexto da defesa militar do arquipélago, num plano de relevância à qual estaria subjacente um pensamento defensivo inovador.

Não temos conhecimento de que as medidas propostas pelo comandante-militar de S. Jorge, Joaquim José Correia, tenham alguma vez tido acolhimento no sentido de as levar a cabo. A morosidade burocrática característica do tempo, as limitações do capitão-general relativamente aos montantes das despesas que podia realizar sem intervenção da longínqua corte no Rio de Janeiro e, por fim, o pronunciamento militar de 1820, terão comprometido definitivamente os planos do responsável militar colocado na ilha de S. Jorge.

Daqui em diante, não se tratava de acautelar a defesa da terra e das popula-

ções contra corsários ou piratas; estava em causa, isso sim, assegurar de forma eficaz uma defesa que impedisse a ocupação da ilha pelas forças adversas aos homens da governança episodicamente no poder no decorrer do conflito entre liberais e absolutistas.

Por isso o numeroso corpo militar para que apontam os números apurados por Artur Teodoro de Matos¹⁵, da ordem dos 3500 a 3700 militares das milícias e ordenanças, representa um quantitativo extraordinário quando comparado com números relativos a décadas anteriores¹⁶.

Sobre as fortificações, os conhecidos constrangimentos da época pós 1820 permitem talvez admitir que os planos de 1818 poderão ter representado a última diligência levada a efeito para salvaguarda do dispositivo militar fortificado da ilha de S. Jorge. O que nos revelam os levantamentos resultantes das missões da engenharia militar datados de 1862 e dos anos oitenta ainda do século XIX¹⁷, evidenciam uma decadência e um declarado desinteresse que bem pode significar que o empenho revelado em 1818 tenha sido o último assomo dos brios militares numa época de verdadeira mudança. Os tempos, de facto, iam mudar profundamente.

Uma das observações exaradas pelo barão de Bastos, militar que em 1862 assina o mapa contendo a relação dos fortes, em particular referindo-se ao Castelo de Santa Cruz e ao Castelo da Conceição, ambos nas Velas, é elucidativa quanto ao que, nesta época, representavam aquelas estruturas:

«...Defendem bem o porto que é o principal da Ilha, e contribuem para lhe dar certo respeito e importância; contudo não há força militar para os guarnecer, e somente ali existe um oficial de veteranos, e duas praças que vigiam pela sua conservação».

Dito por outras palavras, uma mera lembrança em que o préstimo das velhas muralhas pouco mais suscitava do que uma louvável atitude de zelo pela sua conservação.

15 Artur Teodoro de Matos, “A Ilha de S. Jorge nas vésperas da Vitória Liberal (1825-1831). Contributo para o estudo da sua história política, social e económica” in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Sécs. XV a XIX (Actas do Colóquio realizado nas ilhas do Faial e Pico de 10 a 13 de Maio de 1993)*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1995, p.192-3.

16 Em 1803 a Ordenanças de S. Jorge totalizavam 1705 homens enquanto as milícias em 1811 alcançavam o número de 790, totalizando 2495, cf. Ricardo Manuel Madruga da Costa, *op. cit.*, pp. 118-119.

17 Cf. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Vol. LV, 1997, pp. 263-266. Id. Vol. LVI, 1998, pp. 89-278.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Impressas

Arquivo dos Açores, (Ed. fac-similada da edição de 1882), Ponta Delgada, Instituto Universitário dos Açores, Vol. IV, 1981.

—, (Ed. fac-similada da edição de 1883), Ponta Delgada, Universidade dos Açores, Vol. V, 1981.

Vereações de Velas (S. Jorge) (1559-1570-1571), (Int. transc. e notas António dos Santos Pereira), s.l., DRAC; Universidade dos Açores, 1984.

Estudos

-COSTA, Ricardo Manuel Madruga da, *Os Açores em finais do regime de capitania-geral 1800-1820*, Horta, Núcleo Cultural da Horta; Câmara Municipal da Horta, 2005, Vol. I.

—, “Considerações sobre o valor geoestratégico dos Açores e o elucidativo relato de um combate naval nos mares do arquipélago em 1819”, in *Colóquio Vasco da Gama. Os oceanos e o futuro. Actas do Colóquio (23 a 27 de Novembro de 1998)*, Lisboa, Ed. Escola Naval, 1999, pp. 116-120.

CUNHA, Padre Manuel de Azevedo da, *Notas Históricas I Estudos sobre o Concelho da Calheta (S. Jorge)*, (Int. e notas Artur Teodoro de Matos), Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1981.

—, *Notas Históricas II Anais do Município da Calheta (S. Jorge)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1981.

FARIA, Manuel, “Tombos dos Fortes das ilhas do Faial, São Jorge e Graciosa”, in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Vol. LVI, 1998, pp. 89-275.

- FARIA, M., “Documentos”, in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Vol. LV, 1997, pp. 263-266.
- , “Tombos dos Fortes das ilhas do Faial, São Jorge e Graciosa” in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Vol. LVI, 1998, pp. 89-278.
- LEITE, José Guilherme Reis, “Persistência de modelos tradicionais do poder civil e militar”, in *História dos Açores. Do descobrimento ao Século XX* (Dir. Artur Teodoro de Matos, Avelino de Freitas de Meneses, José Guilherme Reis Leite), Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo, 2008, Vol. I, pp. 325-352.
- LEITE, José Guilherme Reis (Int. e notas), *O Códice 529 – Açores do Arquivo Histórico Ultramarino. A Capitania-Geral dos Açores durante o consulado Pombalino*, s/l., DRAC; Universidade dos Açores, 1988.
- MAIA, Francisco D’Athayde Machado de Faria e, *Subsídios para a História de S. Miguel e Terceira. Capitães-Generais. 1766-1831*, 2.^a ed., Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1988, pp. 159-174.
- MATOS, Artur Teodoro de, “A Ilha de S. Jorge nas vésperas da Vitória Liberal (1825-1831). Contributo para o estudo da sua história política, social e económica” in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Sécs. XV a XIX (Actas do Colóquio realizado nas ilhas do Faial e Pico de 10 a 13 de Maio de 1993)*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1995, pp. 189-197.
- MATOS, Artur Teodoro de, “Escala Atlântica de referência. Entre a atalaia do oceano e a opressão dos naturais”, in *História dos Açores. Do descobrimento ao Século XX* (Dir. Artur Teodoro de Matos, Avelino de Freitas de Meneses, José Guilherme Reis Leite), Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo, 2008, Vol. I, pp. 199-233.
- MENESES, Avelino de Freitas de, *Os Açores nas encruzilhadas de Setecentos (1740-1770) I Poderes e Instituições*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1993.
- PEREIRA, António dos Santos, *A Ilha de S. Jorge (Séculos XV-XVII) Contribuição para o seu estudo*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1987.

- RODRIGUES, José Damião, “Orgânica militar e estruturação social: Companhias e Oficiais de Ordenanças em S. Jorge (Séculos XVI-XVIII)”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX (Actas do Colóquio de 12-15 de Maio de 1997)*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1998, pp. 527-550.
- VIEIRA, Alberto, “Da poliorcética à fortificação nos Açores. Introdução ao estudo do sistema defensivo nos Açores nos Sécs. XVI-XIX”, in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Vol. XLV, Tomo II, 1987, pp. 1525-1565.

		Jurisdições													
		Véllas				Calheta				Topo					
	Véllas	Forte de S. Miguel da Ribeira do Nabo	1	9								1			Não existem senão algumas pedras sobrepostas, que indicação que naquele lugar houve canhoneira, huma peça inútil metida em huma furna. He de pouca importância, seria porem bom concertallo.
		Forte de S. Matheos da Urzelina	2	8								2			Está meio demolido. Lava do vulcão de 1808 mudou total.te este Forte. Actualm.te oferece m.yo fácil desembarque, por isso precisa de hum [?] de huma muralha q.e fecha o Porto de lava a lava, o que he fácil. Isto he de absoluta necessid.e, aliás está exposta esta jurisdição a toda a hora a qualquer tentativa p.r aquele lado.
		Forte do Principe nos Terreiros	1	6								1			Precisa de alguma reparação, e podem servir aqui Peças tiradas do Forte de S. Chrus, q.do este receber nova Artilharia
		Forte das Manadas	2	5								2			Está nas mesmas circunstâncias q.e o antecedente
		1	4								1				
	Calheta	Forte de Santo Antonio	1	6								1	1	Precisa ser reedificado	
			2	3				2					2		
		Forte de S. Sebastiam	2	6										Precisa ser reedificado	
			1	3				1					1		
		Forte de Santo Spirito	3	9		1						2	1	Este Forte com os dous antecedentes fás a defeza da Calheta, porem este, que fica contiguo ao Caes he mais interessante, por dominar melhor o Porto. Está m.to demolido. Precisa indispençavelm.te ser reedificado, assim como a muralha que fechava o Porto; e igualm.te o Caes. Depois de raparado, precisa ser artilhado, servindo a sua artilharia actual para os dous fortes acima digo antecedentes, que são menos interessantes.	
			3	3				3					3		
			2	1				2					2		
			2	0,5		2									
	Topo	Forte de S. João da Fajã dos Vimes	1	4										Não existe vestígio algum de fortificação, se não a peça	
							1								
	Forte do Porto	2	9				2						Precisa ser reparado		
		1	3				1								
	Forte da Pontinha	1	6				1						Está arruinado, porem julgo-o desnecessário.		
Sommas				2	6	1	28			25	21	18	Há poucas Palamentas, porem actualm.te estou fazendo as necessárias p.a as Peças q. podem fazer fogo, e concertando os reparos das peças de S. Chrus e construindo dous novos.		

Conclusão

Existem em estado de dar fogo 37 Peças, sendo a maior p.te de pequeno calibre, e 25 inuteis: e como destas só 8 são boas, ficão 29 que ainda podem fazer algum serviço para serem empregadas nos lugares que forem menos interessantes

Precizão-se na jurisdição das Vellas 20 Peças em bom estado, p.a guarnecer os Fortes de S. Chrus, Conceição, e Queimada, na Calheta 4 p.a o Forte de S.to Spirito; e no Topo nenhuma, cujos reparos digo calibres devem ser pelo menos de 9; e o seu metal Bronze p.a melhor se conservarem. Os reparos das de S. Chrus devem ser de Marinha. Preciza-se de huma Cabrilha, e huma Zorra p.a Peças de Calibre 18 q.e he o maior que aqui ha

Joaquim Joze Correa

Comd.te Militar